

Ruy Alkmim Rocha Filho
Universidade Federal do Rio
Grande do Norte – UFRN
E-mail: jornalrocha@gmail.com

José Correia Torres Neto
Universidade Federal do Rio
Grande do Norte – UFRN
E-mail: jose.correia@ufrn.br



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):
Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Aspectos históricos e mercado editorial contemporâneo: mapeamento das editoras do Rio Grande do Norte

*Historical aspects and contemporary
publishing market: mapping of publishers
in Rio Grande do Norte*

*Aspectos históricos y mercado editorial
contemporâneo: mapeo de editoriales
en Rio Grande do Norte*

Alkmim Rocha Filho, R., & Correia Torres Neto, J. Aspectos históricos e mercado editorial contemporâneo: Mapeamento das editoras do Rio Grande do Norte. Revista Eco-Pós, 27(2), 46–68. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i2.28291>

RESUMO

O artigo apresenta um mapeamento das editoras no Rio Grande do Norte, compreendidas como instrumentos essenciais na difusão das diversas linguagens artísticas, do conhecimento, das humanidades e da filosofia. Ao mesmo tempo, esses empreendimentos se configuram como agentes relevantes na economia criativa, demandando políticas públicas específicas, sob o viés da cultura, do entretenimento e das indústrias criativas. O objetivo é enumerar e mapear as micro e pequenas empresas, além dos empreendedores individuais, que atuam no setor editorial. Empregando como metodologia pesquisa documental e levantamento de dados por intermédio de formulários respondidos por editores e responsáveis administrativos. Como resultado, verificou-se a existência de 69 empresas e agentes no Rio Grande do Norte, a maioria delas sediadas na Grande Natal.

PALAVRAS-CHAVE: *Editoração; Mercado Editorial; Livro; Editoras; Leitura.*

ABSTRACT

The article presents a mapping of publishers in Rio Grande do Norte, understood as essential instruments in the dissemination of different artistic languages, knowledge, humanities and philosophy. At the same time, these enterprises are relevant agents in the creative economy, requiring specific public policies, from the perspective of culture, entertainment and creative industries. The objective is to enumerate and map micro and small companies, in addition to individual. Entrepreneurs, who work in the editorial sector, using documentary research and collection of administrative data through forms completed by editors and managers as a methodology. As a result, you get the existence of 69 companies and agents in Rio Grande do Norte, most of them based in greater Natal.

KEYWORDS: *Publishing; Editorial Market; Book; Publishers; Reading.*

RESUMEN

El artículo presenta un mapeo de las editoriales en Rio Grande do Norte, descubiertas como instrumentos esenciales en la difusión de diferentes lenguajes artísticos, conocimientos, humanidades y filosofía. Al mismo tiempo, estas empresas son agentes relevantes de la economía creativa, requiriendo políticas públicas específicas, desde la perspectiva de la cultura, el entretenimiento y las industrias creativas. El objetivo es enumerar y mapear micro y pequeñas empresas, además de empresarios individuales, que actúan en el sector editorial. Utilizando como metodología la investigación documental y la recolección de datos administrativos a través de formularios completados por editores y gerentes. Como resultado, se obtiene la existencia de 69 empresas y agentes en Rio Grande do Norte, la mayoría de ellos con sede en el gran Natal.

MOTS-CLÉS ou PALABRAS CLAVE: *Editorial; Mercado Editorial; Libro; Editores; Lectura*

Submetido em 26 de maio de 2024.

Aceito em 15 de agosto de 2024.

Introdução

Mapear as editoras sediadas no estado do Rio Grande do Norte é um desafio, em face da carência de estudos sobre o tema e sobre diversos aspectos da cultura e da economia criativa. Trata-se de uma deficiência considerável que repercute tanto na compreensão da sociedade quanto na formulação e implementação de políticas públicas para democratização do conhecimento. Pequenas e microempresas, além dos empreendedores individuais, no ramo editorial devem ser compreendidas como potenciais instrumentos na promoção de múltiplas expressões artísticas, das ciências, filosofia e da memória. Tais empreendimentos podem se configurar como agentes relevantes na economia criativa, demandando políticas públicas específicas, sob as perspectivas da cultura, da educação, do entretenimento, da ciência e da tecnologia. O objetivo do artigo é enumerar e mapear as micro e pequenas empresas que se dedicam à produção editorial, apresentando alguns aspectos históricos imprescindíveis.

A metodologia deste estudo inclui pesquisas bibliográficas e documentais, bem como o levantamento de dados por intermédio de formulários respondidos por editores e responsáveis administrativos. Serviram de fundamento obras importantes que abordam a história da imprensa, da literatura e das ideias políticas, registrando aspectos relevantes sobre jornais e revistas. Figuram entre os autores e autoras que serviram de referencial os trabalhos de Tarcísio Gurgel (2009), Câmara Cascudo (1974), Celina Muniz (2024), Maiara Silva (2014a, 2014b), Almir Bueno (2016) e Torres Neto (2023), entre outros. No entanto, foram observadas lacunas quanto a pesquisas científicas referentes à história do livro, da leitura e das editoras no Rio Grande do Norte, abrindo margem para estudos posteriores.

1 As origens das artes gráficas no Rio Grande do Norte

Quando o príncipe regente chegou ao Brasil, juntamente com a família real, sua comitiva e alguns escolhidos, determinou que D. Rodrigo de Souza Coutinho ocupasse o mesmo cargo que ocupava em Portugal: ministro e secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, mas com o nome de Secretaria de Estado da Guerra e Estrangeiros. Uma das primeiras ações de D. Rodrigo de Souza Coutinho foi criar a Imprensa Régia do Rio de Janeiro, que absorveu a mão de obra formada e

bastante experiente da Oficina da Casa Literária ou Oficina Calcográfica¹, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, de Lisboa, inclusive frei José Mariano da Conceição Veloso.

Antes da vinda da Família Real para o Brasil, a impressão e a circulação de jornais ocorriam de forma clandestina. A proibição da imprensa era uma forma de dominação sobre o território brasileiro, evitando-se a divulgação de ideias e ideais contrários aos interesses da Coroa Portuguesa (Vasconcelos, 2018).

Até 1822, ano da Proclamação da Independência do Brasil, o país possuía 13 (treze) prelos:

[...] a Imprensa Régia e as oficinas da Bahia, do Recife, do Maranhão e do Pará, autorizadas, e mais as duas de Vila Rica e as seis do Rio de Janeiro, estas fundadas após o Alvará do Príncipe-Regente, de 28 de agosto de 1821, proclamando a liberdade de imprensa. Nas demais províncias, a tipografia foi ingressando na medida em que se alastrava o periodismo político-partidário. [...] No Rio Grande do Norte, por Natal, 1832, montado pelo alemão Carlos Frederico Muller, saindo *O Natalense*, semanário do padre Brito Guerra, que o vinha antes tirando nas províncias vizinhas (Rizzini, 1968, p. 186-187).

Dez anos após o encerramento das atividades do *Correio Braziliense*, em Londres, na capital da Província do Rio Grande do Norte, em 2 de setembro de 1832, instalava-se a *Typographya Natalense*. De acordo com o jornal *A Republica*, de 5 de março de 1944, a tipografia instalou-se “[...] na Rua Grande e depois na Rua do Meio, Praça André de Albuquerque e Rua Vaz Gondim respectivamente [...]” (Cascardo, 2002, p. 80). O mesmo autor, em *A Republica*, de 20 de maio de 1940, indica que a oficina tipográfica foi montada na rua do Meio a qual “[...] tem mudado de nome. Foi Beco da Lama, general Osório e hoje é rua Vaz Gondim” (Cascardo, 1974, p. 34).

O Natalense suspendeu a sua circulação em 1837 motivado, segundo Cascardo, por imposição do Presidente da Província Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, o Parrudo. Ainda sobre a *Typographya Natalense*, Cascardo registra que “[...] imprimiu *A Tesoura*, em 1833, [...], e o *Publicador Natalense*, em 1840, que não viveu um ou dois anos. Em 1842, não havia tipografia alguma em Natal” (Cascardo, 1974, p. 36).

Por outro lado, a publicação de brochuras, folhetos e cordéis concorria para a difusão da leitura em sinergia com a oralidade. Publicações de menor custo eram produzidas em estados vizinhos e chegavam ao interior sob o fluxo comercial das feiras, que serviam como entrepostos informacionais. A expressão literária imbricada com a voz dos declamadores, cantadores e violeiros

¹ “Arte de gravar em oco no cobre e, por extensão, em qualquer outro metal” (Faria; Pericao, 2008, p. 123).

apresentava semelhanças com práticas observadas na Europa, no começo da idade moderna.

As interações entre as formas oral e impressa podem ser examinadas com maior detalhe pelo estudo de algumas versões italianas do que os acadêmicos ingleses chamam de livros populares. Uma pesquisa dessas brochuras publicadas na Itália no fim do século XV e começo do XVI revela a contínua importância dos romances de cavalaria — assim como na França mais de um século depois. Um livro de contabilidade com registro das despesas de uma casa impressora perto de Florença, entre 1476 e 1486, revela que aproximadamente 500 cópias de um romance de cavalaria foram vendidas a um homem descrito como Bernardino, "que canta em um banco". Parece plausível sugerir que Bernardino fazia o que ainda se faz em remotas partes do Brasil e em alguns lugares do Terceiro Mundo — recitar o poema e depois dele vender cópias impressas. A performance era uma espécie de marketing. Juntava uma audiência de leitores potenciais e dava a eles a oportunidade de testar a qualidade do produto. O texto vendido permitia que os ouvintes repetissem a performance para a família e os amigos. Se fossem analfabetos, sempre poderiam pedir a alguém que lesse ou recitasse o poema (Briggs; Burke, 2016, p. 55).

Em paralelo, a produção editorial se modificava em função dos interesses econômicos e culturais das classes dominantes. No processo de edição de livros impressos, o que apresentou destaque em sua composição foram as suas capas. A produção de capas remonta à produção editorial no século XVI, quando os livros possuíam apenas a folha de rosto como sendo o primeiro contato visual e de comunicação entre a publicação e o leitor. O intuito era mostrar as informações necessárias sobre a obra.

Foi em 1820, justamente no período de industrialização do século XIX, que surgiu a ideia de revestir o livro para dar-lhe uma maior proteção. Daquele momento até os dias atuais, a capa de uma publicação impressa – e por que não estender às publicações digitais? – tornou-se também um objeto de atração visual (Machado, 2017), indissociável e que transita entre o artístico, o tecnológico e o comercial.

Nos anos 1930, aqui no Brasil, as primeiras capas de livro apenas mostravam as informações da publicação de maneira simples, direta e sem nenhum elemento de destaque. Estampavam-se o título do livro em cor (ou não), o nome do autor, a marca da editora na parte inferior central e com, no máximo, alguns frisos em suas margens – eram ditas “capas tipográficas”. Ainda na mesma década, a editora Adersen produziu sistematicamente livros com ilustrações em suas capas e essa prática começou a ser adotada nas oficinas tipográficas ao longo do país (Torres Neto, 2023).

A produção de revistas também acompanhou as mesmas etapas do livro, na forma e na cor,

mas com alguns ajustes. No início, as revistas tinham os mesmos formatos, dimensões e acabamento dos livros, as mesmas construções tipográficas em suas capas e as poucas limitações de cor e de ilustrações.

Um elemento de destaque da produção gráfica do Rio Grande do Norte foi a instalação das tipografias – ou typografias como na grafia do final do século XIX. Essas instalações eram responsáveis pela produção de matérias gráficas, como jornais, revistas e livros. As diferenças físicas entre os dois – livros e revistas – eram de conteúdo e de periodicidade, mas a aproximação entre eles, em referência aos processos de produção, foi inevitável. As capas das revistas também se apropriaram de cores e de ilustrações com o mesmo objetivo que os livros queriam alcançar: atrair o leitor.

2 Aspectos históricos – imprensa e publicações jornalísticas no RN

A imprensa no Rio Grande do Norte surgiu no século XIX, mais precisamente em 1832, com a publicação do jornal *O Natalense*, editado por Francisco de Britto Guerra e impresso inicialmente em Pernambuco. Ainda no fim de 1832, passa a ser impresso na recém-inaugurada Typographia Natalense, até deixar de circular em 1837. Numa província pouco povoada, com economia rudimentar e distante da capital do Brasil, o desenvolvimento da imprensa e do setor editorial era lento, sujeito aos humores do poder. Importante lembrar que a difusão de equipamentos gráficos foi duramente reprimida durante o período colonial. Ao mesmo tempo, o acesso à escola e ao letramento era um privilégio muito restrito, agravado pela extrema desigualdade social e pelos efeitos nefastos da escravidão e da perseguição aos povos indígenas.

Num contexto em que figuravam publicações efêmeras, dois jornais se destacam pela longevidade e regularidade. O *Mossoroense* lançado em 1872, na maior cidade do interior, criado por Jeremias Rocha Nogueira, perdurando com edição impressa até 2015. Na capital, em 1889, surge *A Republica*, publicação fundada pelo governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão que prosseguiu até 1987.

Figura 1 – Frontispício do jornal *O Mossoroense*



Fonte: O Mossoroense².

Desde sempre um jornal ligado à situação, passou a ser empregado como imprensa oficial. Chegou a ser reeditado na forma impressa entre 2002 e 2010. Nas páginas impressas se dava o debate político.

Era nas gazetas que se publicavam não só os manifestos partidários ou as cartas nas quais se apresentavam os programas eleitorais, mas também os artigos editoriais sobre a conjuntura política do momento ou sobre questões candentes em que se expunha a posição do partido ou do articulista independente. No caso do partido que ocupava o poder, o jornal publicava os atos oficiais e as mensagens governamentais. Em suma, para se conhecer o ideário e a ação política nessa época, os jornais são imprescindíveis (Bueno, 2016, p. 21).

Estudantes, lideranças comunitárias e opositores descobrem o poder da expressão gráfica, passando a produzir panfletos e outras publicações de oposição, que passam a registrar as manifestações e greves, na capital potiguar, a qual contava com menos de 15 (quinze) mil habitantes, à época.

Ainda em 1893, quando o jornal opositor Rio Grande do Norte denunciou as péssimas condições de trabalho e os salários aviltantes pagos por Juvino Barreto

² Disponível em: <https://www.omossoroense.com.br/o-mossoroense-chega-aos-148-anos-e-se-reinventando-para-um-novo-jornalismo-em-tempos-de-novas-midias/>

em sua fábrica de tecidos, este se mobilizou, aproveitando suas ligações familiares com o governador, e fez publicar, no órgão oficial do Partido Republicano, um abaixo-assinado dos operários a favor do patrão, chamado de “nosso constante protetor (Bueno, 2016, p. 43-44).

Figura 2 - Ilustração do jornal *O Mossoroense*.



Fonte: *O Mossoroense*³

Os jornais se constituíram não apenas como meio para o debate partidário, no qual se confrontavam liberais e conservadores, monarquistas e republicanos, mas também como instrumento de difusão literária e cultural. Além de veicular notícias, difundiam poesias, contos, crônicas ou mesmo capítulos de romances, em forma de folhetins. Gurgel (2001), Silva (2014a, 2014b) e Bueno (2016) relatam a ocorrência de jornais estudantis, literários ou de variedades, como *O Santelmo*, *Tribuna Juvenil* e *Potiguarânia*.

Contrariando a noção de que teríamos um cenário político e cultural muito agitado alcançando pessoas de diferentes classes em terras potiguares entre o fim do Império e os primeiros anos da República, o que se observa é elitismo e exclusão. Poucos tinham acesso à leitura, a

³ Disponível em: <https://www.omossoroense.com.br/o-mossoroense-chega-aos-148-anos-e-se-reinventa-para-um-novo-jornalismo-em-tempos-de-novas-midias/>.

publicações e à educação escolar. Enquanto em países europeus ocorreu significativa expansão da alfabetização e da escola básica (Brigs; Burke, 2016, p. 40)⁴, na periférica província do Rio Grande do Norte, apenas cerca de 40 (quarenta) mil pessoas sabiam ler e escrever, em uma população de quase 230 (duzentos e trinta) mil habitantes.

O censo de 1872 apontou, na província do Rio Grande do Norte, um total de 181.137 pessoas “não sabendo ler nem escrever”, numa população livre de 220.959 habitantes (81,9%). Se acrescentarmos os 13.020 escravos, todos indiscriminadamente considerados analfabetos, o índice sobe para 87,8%, quase 90% da população, um dos mais baixos do Império, mesmo entre as províncias nordestinas. Igualmente, das 43.220 crianças em idade escolar (acima dos 6 anos), 38.519 (89,1%) não frequentavam a escola (Bueno, 2016, p. 50-51).

Além dos entraves no acesso à educação, a extrema desigualdade social e a desvalorização das diversas expressões culturais populares criavam obstáculos para a construção de uma sociedade plural e democrática. Poucos podiam comprar livros, considerados artigos de luxo, e poucos tinham acesso à escola ou ao ensino em casa. Imperativo observar que os problemas na relação ensino-aprendizagem não eram vistos como efeito da escassez de instituições educacionais ou da fragilidade nas políticas públicas, mas como resultado da falta de interesse dos estudantes ou dos poucos professores disponíveis. No entanto, ao analisar as condições materiais, verificam-se diversos impedimentos para a formação de leitores e da circulação das ideias. Mesmo crianças que estivessem matriculadas na escola se deparavam com graves deficiências, tanto na capital quanto no interior.

As que frequentavam não tinham muito do que se alegrar: havia 4,7 professores para cada 10 mil habitantes. Os professores eram considerados por muitos como os vilões da história, por não terem “vontade” de ensinar, alvos constantes das críticas de presidentes da província e da imprensa, inclusive a monarquista. O Brado Conservador, de Açú, já reclamava, em 1880, do “lastimável estado do ensino público” na província e do baixo salário pago aos professores. No entanto, a responsabilidade pelo caos era repartida com a própria população, acusada de “não manifestar a menor vontade de aprender, onde na ausência de todo estímulo, ele [o povo] esquece este imperioso dever para entregar-se à ociosidade, na falta de lícita ocupação”, como afirmava Oliveira Santos na Gazeta do Natal. A propósito, a província contava, desde meados do século, com uma escola pública secundária, o

⁴ Os autores citam a expansão da leitura impulsionada por igrejas protestantes já no século XVII, nas quais eram feitas avaliações criteriosas dos níveis de leitura dos fiéis, em contraste com o catolicismo, religião na qual apenas o padre poderia ler e interpretar a bíblia escrita em latim.

Atheneu Rio-Grandense, que padecia do eterno “abre e fecha”, ao sabor das situações políticas, constantemente sem verbas, e sofrendo, segundo as autoridades imperiais, pelo “descaso” dos professores (Bueno, 2016, p. 50-51).

A primeira escola normal em Natal foi criada por lei ainda em 1873, mas só passou a funcionar regularmente e com a devida estrutura em 1908. A demora de 35 (trinta e cinco) anos para consolidar uma escola de nível médio dedicada à formação de professoras e professores é mais um indicador dos desafios para a difusão da leitura e do conhecimento. Já os cursos superiores demoraram bem mais a serem fundados. Até os anos 1940, estudantes potiguares que desejassem e tivessem recursos para ingressar na graduação teriam que migrar para Recife, Salvador, Rio de Janeiro ou outras cidades onde houvessem faculdades ou universidades. A faculdade de direito só foi criada em 1949, enquanto a faculdade de serviço social, em 1945.

Tal instituição foi instalada em um lugar específico - Mossoró, cidade que se localiza no Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, no semiárido, mais precisamente entre o litoral semiárido e o sertão da chapada do Apodi. Uma cidade que se intitula capital do Oeste Potiguar. A Escola Normal de Mossoró foi a segunda escola de Ensino Normal do Estado do Rio Grande do Norte (RN), a primeira ser fundada fora da capital. No Rio Grande do Norte, a primeira Escola Normal, foi fundada em Natal, capital do Estado. Criada pela Lei n. 677, de 5 de agosto de 1873, regulamentada por Decreto em 12, de janeiro de 1874, e instalada em 1º de março do mesmo ano. Fechada várias vezes por falta de demanda e/ou falta de recursos, sua consolidação dar-se-á somente a partir de 1908, através do Decreto n. 178, de 29 de abril. Daí por diante, mesmo com limitações, a Escola Normal de Natal passou a funcionar regularmente (Aquino, 2019, p. 27).

Embora a presente pesquisa tenha contemplado numerosos livros, teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos abordando a memória da imprensa, da educação e da política no estado, poucas foram as pesquisas localizadas que se aprofundaram sobre a publicação de livros, ou sobre gráficas e editoras pioneiras. Contribuição importante para elaborar uma história da editoração vem de Maiara Silva (2014b, p. 49). A autora relata a existência de, ao menos, três tipografias nos últimos dias do Império: uma ligada ao partido conservador, outra ao partido liberal e uma terceira denominada independente, indicando os vínculos entre o ato de imprimir e o exercício do poder.

É possível estabelecer relações entre a carência de trabalhos científicos e a dificuldade em criar e comercializar livros na província. O exíguo número de leitores, a precariedade das gráficas e os custos de impressão ajudam a compreender as razões pelas quais os primeiros nomes da literatura potiguar não tenham editado seus livros no estado. Luiz Carlos Lins Wanderley, reverenciado como primeiro romancista potiguar com *Mistérios de um homem rico* (1873), publicou o primeiro volume da obra no Rio de Janeiro e apenas o segundo em Natal, em 1883 (Silva, 2014a,). Possuía sua própria tipografia que teria sido vendida a Pedro Velho Albuquerque Maranhão.

Outros autores que abriram caminho, tais como Amaro Cavalcanti e Izabel Gondin, publicaram primeiro em outros estados, mesmo morando em terras potiguares. Nísia Floresta, educadora e uma das primeiras escritoras brasileiras a se dedicar ao feminismo, publicou suas obras fora do Rio Grande do Norte. Já outros que marcaram os primeiros tempos da literatura potiguar não conseguiram publicar em vida. Exemplo disso é o poeta Lourival Açucena, que 20 anos após a morte, teve uma parte de sua produção reunida no livro *Versos* (1927), organizado por Luís da Câmara Cascudo (Gurgel, 2009. p. 34)⁵. Açucena, que destoava de outros literatos por não ser filho de família rica, era reconhecido como boêmio, seresteiro, cantor de modinhas e lundus. Era uma experiência comum se lançar na literatura por intermédio dos jornais, conforme discute Silva (2014a).

O movimento literário no Brasil está intrinsecamente relacionado à imprensa periódica. É essencial elencarmos previamente a emergência da literatura potiguar por meio da fundação e das publicações em jornais e revistas em circulação pela capital do Rio Grande do Norte. Não obstante, a literatura na imprensa potiguar do século XIX, encontrava-se misturada a outras propostas dos jornais. Ao mesmo tempo em que os redatores dos periódicos promoviam a literatura, estes se interessavam também por política, moral, comércio, sem levar muito em conta as diferenciações. Podemos aferir que, esse caráter literário, na maioria das vezes quando associado a um jornal, sempre carregava relação com outras palavras: político e literário, crítico e literário, noticioso e literário, comercial e literário, científico e literário, humorístico e literário, recreativo e literário... As combinações que envolviam literatura e imprensa podiam ser diversas, o que nos leva a acreditar que o literário unia um variado número de tendências, assuntos, ideologias, desde o período provinciano (Silva, 2014a, p. 102).

⁵ Gurgel (2009) também registra a publicação de um opúsculo em homenagem um mês após o falecimento de Lourival.

Silva (2014b) conta apenas sete livros publicados no Rio Grande do Norte entre 1889 e 1900. Diferentemente do perfil dessas obras, o *Almanak* do Rio Grande do Norte (1897) reuniu textos políticos, estatísticas e uma *escolhida parte literária*. Produzido pela Renaud e C. empresa gráfica, tinha um perfil abrangente e diverso. Esse cenário marcado pela produção editorial restrita e descontínua se modificou no século XX de forma lenta, na medida em que subsistiam problemas estruturais.

3 Da Belle Époque aos movimentos educacionais no RN

Com atraso, a cidade do Natal viveu certa efervescência cultural nos primeiros anos da República, ainda que o acesso aos bens culturais não fossem facultados a todas as camadas da sociedade. Maiara Silva (2014a) observa que, em face de certa euforia com o advento da República e um crescente número de jornais e revistas, mais pessoas se aventuravam a tornar públicas suas palavras, numa concepção ampliada de literatura.

No que respeita ao conjunto de escritos, podemos mencionar: sermões, ensaios monográficos, biografias, modinhas, discursos, conferências, diálogos filosóficos, caracteres políticos, morais, anedotas, estudos filosóficos, científicos, entre outros. Essa condição que, aglutina escrito diverso, reflete como a literatura estava sendo pensada na cidade do Natal no fim do século XIX e no advento do século XX (Silva, 2014a, p. 101).

O período republicano veio acompanhado de algumas novidades para a capital, como a implantação de reformas urbanísticas e sanitárias, bondes e iluminação elétricos, teatros, cafés e cinemas (Silva, 2014a). Nos primeiros anos do século XX, o clima cultural da Belle Époque se fazia sentir em Natal, mesmo que a pequena cidade de 16 (dezesesseis) mil habitantes⁶ fosse tão diferente de Paris, em diversos aspectos. Os versos de autoria ignorada proclamavam que na pequena cidade havia um poeta em cada esquina, em cada rua, um jornal. O papel, as tintas, o maquinário e os conhecimentos técnicos para imprimir se tornaram um pouco mais baratos com mudanças na tributação, considerando a dependência de insumos importados, devido à industrialização rudimentar.

⁶ Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Folder_Natal_dados.pdf.

Mais casas de impressão passam a movimentar um circuito de leitores embrionário. Em Mossoró, a tipografia do Comércio, em Natal, a Livraria Alves, as tipografias Augusto Leite, do Trabalho, Comercial despontavam como opções para escritores, como Palmira Wanderley, Auta de Souza, Ferreira Itajubá, Francisco Ivo Cavalcanti e alguns outros. O próprio Câmara Cascudo publicou sua primeira obra no Atelier Tipográfico M. Victorino A. Camara e Cia. Lançada em 1921, Alma Patrícia é uma coletânea de críticas literárias que ajuda a compreender o contexto no começo do século. Até meados dos anos 1950, no Rio Grande do Norte, escrever, imprimir e comercializar era algo para poucos. Mesmo com mudanças importantes, principalmente com presença estadunidense em Natal durante a Segunda Guerra Mundial, quando a cidade recebeu milhares de soldados.

Autores como Câmara Cascudo, com sua prolífica obra, e Jorge Fernandes, com sua poesia vanguardista, tiveram grande repercussão, mantendo correspondência com grandes figuras das letras nacionais. No entanto, de cada três potiguares, apenas um sabia ler em 1950. O lento progresso educacional decorria da dificuldade em criar um sistema público de educação, do ensino infantil ao superior. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi criada em 1958.

A concentração de renda, a concentração fundiária, a seca e as migrações entravam em sinergia com o acesso restrito à educação, dificultando a circulação de ideias mediante a divulgação de livros, revistas e jornais. Em contraponto, movimentos sociais voltados para a educação e o combate ao analfabetismo tomaram lugar no Rio Grande do Norte. Entre o fim dos anos 1950 e começo dos anos 1960, aconteceram o Movimento de Educação de Base, encabeçado pela Igreja Católica; as 40 Horas de Angicos, ação organizada por Paulo Freire com apoio do governo estadual; e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, criada pelo prefeito de Natal Djalma Maranhão (Fotografias 1 e 2).

Fotografia 1 – A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler mobilizou as ruas do bairro das Rocas⁷

⁷ Na faixa estendida, pode-se ler: *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler – Nesta rua restam apenas 11 analfabetos – Ajude o Prefeito Djalma Maranhão a combater o analfabetismo.*



Fonte: Germano, 2021⁸.

Fotografia 2 – Biblioteca Popular Monteiro Lobato, posto de empréstimos de uma das bibliotecas populares criadas a partir de doações da população



Fonte: Germano, 2021⁹.

O problema mais urgente era a enorme carência de vagas nas escolas públicas estaduais e municipais. A resposta encontrada pela prefeitura foi criar escolas sob imensas palhoças ou

⁸ GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão, 4. ed. Natal: Caravela Selo Cultural, 2021.

⁹ GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão, 4. ed. Natal: Caravela Selo Cultural, 2021.

bibliotecas populares em barracos de madeira, mobilizando jovens estudantes como professores. Depois de muitos anos, a mobilização popular alcançava maior intensidade, sugerindo que finalmente conquistaria protagonismo na esfera pública. A produção editorial ganhou fôlego com a criação da Editora Universitária da UFRN (1962), da Fundação José Augusto (1962) e da Gráfica Manibu (1965). No entanto, o golpe de 1964 marcou a reação conservadora, desarticulando as experiências de democratização do conhecimento. O aumento da repressão com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968 sinalizou a consolidação do autoritarismo.

4 Mudanças no mercado editorial e o mapeamento das editoras

Nos últimos 30 anos, ocorreram mudanças significativas na mídia e no mercado editorial que merecem uma análise prévia, antes do mapeamento das editoras no Rio Grande do Norte. Nos anos 1990, diversos jornais estavam em circulação, em consonância com editoras e livrarias, tanto as mais tradicionais, como a Livraria e Editora Clima e a Poty Livros, quanto novas empresas em expansão, como é o caso da A.S. Livros. Muitos escritores e leitores se encontravam em lançamentos, saraus e outros eventos literários nesses espaços. Coletivos de autores, como a *Sociedade dos Poetas Vivos e Afins*, ocupavam a cena, junto com organizações mais tradicionais, a exemplo da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. A ampliação dos interessados em imprimir suas criações literárias parecia estar em sintonia com a maior oferta de feiras e debates literários, atraindo mais leitores. Porém, problemas históricos persistiam no horizonte. Além da desigualdade e da pobreza, impedindo que muitas pessoas pudessem comprar livros novos, o analfabetismo atingia 1 em cada 3 potiguares acima dos 15 anos, em 1991, evidenciando as deficiências no acesso e na qualidade da educação.

No começo dos anos 2000, a internet parecia favorecer o acesso a textos literários e jornalísticos, sem oferecer qualquer ameaça ao comércio local de livros ou à venda de jornais e revistas. A facilidade em escrever, diagramar e revisar as mais diferentes experiências textuais, aproveitando os diversos gêneros, coadunava com o barateamento das tecnologias de impressão. Todavia, já nos anos 2010, era perceptível a crise na imprensa, quando diversos jornais e revistas deixaram gradualmente de publicar versões impressas, para resistir na forma digital ou simplesmente encerrarem suas atividades. Era um claro indicativo de que também aconteceriam transformações na circulação de livros no âmbito regional.

Antes que terminasse a segunda década do século XXI, diversas livrarias entraram em declínio e foram extintas. Isso ocorreu tanto com empreendimentos independentes, originados no estado, como a Poty Livros e a AS Livros, quanto com filiais de grandes redes, como a Siciliano. Além das mudanças no comportamento dos leitores com a convergência digital, a concentração de mercado e a concorrência predatória levadas a cabo pelo conglomerado Amazon se tornaram cada vez mais impactantes. A crise nas livrarias apontava para as vulnerabilidades das editoras no Rio Grande do Norte, que encontravam em livrarias independentes espaços mais abertos para o acolhimento e a divulgação de suas obras.

A pesquisa elencou 69 (sessenta e nove) editoras através de pesquisas em sites de registros empresariais que agregam informações dos registros jurídicos de editoras situadas no Rio Grande do Norte, além de levantamento através de formulários online encaminhados para agentes editoriais do estado (Quadro 1). Observa-se expressiva concentração na cidade de Natal, que abriga 71% das editoras do Rio Grande do Norte. As cidades de Parnamirim, na Região Metropolitana, e de Mossoró, maior cidade do interior, situada na Região Oeste, abrigam 6 e 10 empresas, respectivamente. São José do Mipibu, também na Região Metropolitana, sedia dois empreendimentos. Alguns são microempreendimentos, com poucas obras, de pequena tiragem.

O número de 69 (sessenta e nove) editoras pode parecer elevado, mas o Rio Grande do Norte tem uma população similar à do Uruguai, que possui 72 (setenta e dois). A distância se torna muito maior se considerarmos pessoas físicas, como é comum contabilizar no Brasil, alcançando 581 (quinhentos e oitenta e um) agentes editores no país austral. Eram contabilizadas também 174 (cento e setenta e quatro) livrarias em 2019, contra apenas 25 (vinte e cinco) livrarias potiguares. Ao analisarmos a produção editorial sob o ponto de vista histórico, também há aspectos notáveis. Entre o fim do século XIX e começo do século XX, eram registradas tipografias em cidades do interior, como Assu e Caicó, em contraste com a conjuntura atual.

Quadro 1 – Relação das editoras do Rio Grande do Norte no ano de 2024.

#	Denominação	Cidade do RN
---	-------------	--------------

0 1	8 Editora	Natal
0 2	Aipê Editora	Natal
0 3	Azymuth	Natal
0 4	Brechando	Natal
0 5	Caravela selo cultural	Natal
0 6	Caule de papiro	Natal
0 7	Cja edições	Natal
0 8	Click Negócios e Edições	Natal
0 9	Coleção Mossoroense	Mossoró
1 0	Comunique	Natal
1 1	Cooperativa Cultural	Natal
1 2	Defesa da Fé	Natal
1 3	DSL Produções Culturais	Mossoró
1 4	Editora Biblioteca Ocidente	Parnamirim
1 5	Editora Campo Novo	Natal
1 6	Editora Carisma	Mossoró
1 7	Editora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte	Natal

Dossiê **O livro hoje: leitura e diversidade** - <https://revistaecopos.eco.ufri.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 27, n. 2, 2024

DOI: 10.29146/eco-ps.v27i2.28291

1 8	Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Natal
1 9	Editora da Universidade Potiguar	Natal
2 0	Editora Deu na Telha	Natal
2 1	Editora Universitária da Ufersa (Edufersa)	Mossoró
2 2	Editora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal
2 3	Editora Famen	Natal
2 4	Editora Foco	Natal
2 5	Editora Primeiro Lugar	Natal
2 6	Editora Tribuna do Norte	Natal
2 7	Êxitos Editora	Natal
2 8	Flor do Sal	Natal
2 9	Fortunela	Natal
3 0	Fundação Capitania das Artes	Natal
3 1	Fundação José Augusto	Natal
3 2	GBS Natal	Natal
3 3	Iconis Design	Natal

3 4	Ilustralu	Natal
3 5	Imago Dei Editora	Parnamirim
3 6	Insurgências Poéticas	Natal
3 7	Jefferson Correia Pinheiro da Silva	São José de Mipibu
3 8	João Batista de Moraes Neto	Parnamirim
3 9	Jovens Escribas	Natal
4 0	Kairos Consultoria Educacional	Parnamirim
4 1	KSA Editora	Mossoró
4 2	Leal Produções e Publicações	Natal
4 3	Ler Mais	Natal
4 4	Lindiart Publicações	Natal
4 5	Luiz Carlos Jerônimo Firmino	São José de Mipibu
4 6	Maria Regina Soares Azevedo de Andrade	Natal
4 7	Munganga Edições	Natal
4 8	Os Comunicação	Natal
4 9	Offset	Natal
5 0	Paula Isadora Almeida Ltda	Mossoró

5 1	Portal Jurídico	Mossoró
5 2	Rannia Carlyne Barbosa de Oliveira	Mossoró
5 3	RN Editora	Natal
5 1	Rodrigo Albuquerque Bezerra	Parnamirim
5 5	Rubens Dantas Cartaxo	Parnamirim
5 6	Sarau das Letras	Mossoró
5 7	Sebo Vermelho	Natal
5 8	Sheyla de Azevedo Andrade	Natal
5 9	Sol Negro	Natal
6 0	Supra Company	Natal
6 1	Timbu	Natal
6 2	Trairy Books	Natal
6 3	Tribo	Natal
6 4	Umbuzeiro Editora	Mossoró
6 5	UNA	Natal
6 6	Uploud Mídias e Soluções Digitais	Parnamirim
6 7	William Robson Cordeiro Silva	Mossoró

6 8	Z Edições	Natal
6 9	YPY editora	Natal

Fonte: Elaborados pelos autores.

Cabe observar que não foram agregados a essa pesquisa coletivos literários, selos e editores não formalizados ou ainda em processo de formalização. Mesmo diante de condições adversas, com o fechamento de livrarias ou a velha desvalorização de escritoras e escritores nascidos no estado, há indicativos de que jovens estão interessados em criar e difundir experiências literárias. Ao mesmo tempo, a diversidade e a resiliência de sebos, bibliotecas públicas, casas de cultura e outros espaços de promoção literária, bem como a atividade de editoras universitárias repercutem na produção de novos títulos ou reedição de escritos relevantes. Livros e revistas digitais, assim como teses, dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), muitas vezes de acesso livre e gratuito, ajudam a ampliar as opções de leitores interessados em textos filosóficos, científicos ou literários.

Considerações finais

O mapeamento das editoras no Rio Grande do Norte apresentado neste artigo abriu margem para novas perguntas. Quantos títulos cada empresa publicou? Qual é a política editorial adotada? Qual a viabilidade econômica do setor editorial no estado? Quais as dificuldades apresentadas pelas casas editoriais e quais os incentivos públicos destinados a esse segmento? Existe a pretensão de dar continuidade aos estudos avaliando essas questões, bem como as condições para o desenvolvimento e a consolidação da cadeia produtiva do livro. Cabe discutir a relevância da leitura para a constituição de uma sociedade plural, democrática e inclusiva, que preserve, valorize e incentive a ciência, a cultura popular e as diversas linguagens artísticas. É necessário pensar o quanto é importante a cadeia produtiva do impresso para o desenvolvimento econômico do estado, suas inserções no campo educacional, suas possibilidades de geração de renda e na consolidação do registro histórico, cultural e literário do Rio Grande do Norte; como também é importante saber relacionar a dinâmica do surgimento e do desaparecimento das editoras no Rio Grande do Norte com o crescimento físico, populacional e econômico do estado, além de conhecer os fenômenos de surgimento e declínio dos

centros comerciais das cidades, como por exemplo o da cidade do Natal (RN), e como eles influenciam nesses surgimento e desaparecimento.

A complexidade do mercado editorial exige aprofundamentos tendo em vista as múltiplas dimensões da leitura, que abrangem arte, cultura, ciência, tecnologia, entretenimento, política, religião e todas as outras áreas do interesse humano. É uma das mais antigas vertentes da economia criativa e segue se reinventando. Segue sendo esteio da cultura e da democracia, demandando, portanto, políticas públicas para seu pleno desenvolvimento.

Há uma expressiva relação entre o ato de publicar e o exercício do debate racional público, fundamental para a democracia e contraponto para a propagação de notícias falsas, mentiras e discursos de ódio. Porém, para alcançar acesso amplo a textos distintos e qualificados, que contribuam para alargar horizontes intelectuais e combater preconceitos, é necessário avançar em políticas públicas. Para isso, faz-se necessário reconhecer as potencialidades de ações, como o programa federal Agentes de Leitura, a política estadual da cultura da leitura e da escrita, com por exemplo Lei nº 10.690, de 11 de fevereiro de 2020, ou das Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida por Aldir Blanc, Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, Lei Paulo Gustavo. Contudo, as políticas existentes devem ser aprofundadas para que alcancem continuidade, contando com recursos e instituições fortalecidas para alcançar êxito.

Referências

AQUINO, Luciene Chaves de. *A institucionalização e o desenvolvimento da Escola Normal de Natal (1908- 1938)*. Natal: EDUFERN, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26663>. Acesso em: 6 ago. 2024.

AUGUSTO, Mariana Silva; SILVA, Williane Elayne Ricardo da. *Memórias do jornalismo impresso potiguar*. 2010. 161f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm.

BRASIL. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

Dossiê O livro hoje: leitura e diversidade - <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 27, n. 2, 2024

DOI: 10.29146/eco-ps.v27i2.28291

- BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21051>. Acesso em: 6 ago. 2024.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. v. 8.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1974. v. 1.
- FARIA, Maria Isabel; PERICAO, Maria das Graças. *Dicionário do livro: Da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*, 4. ed. Natal: Caravela Selo Cultural, 2021.
- GURGEL, Tarcísio. *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras potiguar*. Natal: edição do autor, 2009.
- MACHADO, Ubiratan. *A capa do livro brasileiro: 1820-1950*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Sesi-SP Editora, 2017.
- MUNIZ, Cellina. As edições clima (1978-1997) e suas condições de enunciação: considerações sobre funções discursivas e amizade. *Mneme - Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 24, n. 47, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/34749>. Acesso em: 22 maio 2024.
- RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- RIO Grande do Norte. Lei nº 10.690, de 11 de fevereiro de 2020. Institui a Política Estadual de Cultura da Leitura e da Escrita. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rn/lei-ordinaria-n-10690-2020-rio-grande-do-norte-institui-a-politica-estadual-de-cultura-da-leitura-e-da-escrita#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de,da%20Leitura%20e%20da%20Escrita>.
- SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. Literatura e província: o universo literário da cidade do Natal (1861-1889). *Quiplus - Revista científica das Escolas de Comunicação e Artes e Educação da Universidade Potiguar*. Ano 3, nº 1. 2014a. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/download/669/485>. Acesso em: 11 ago. 2015.
- SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. "Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal": a vida intelectual natalense (1889-1930). 2014. 399f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014b. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19973>. Acesso em: 6 ago. 2024.
- TORRES NETO, José Correia. A dobra, o grampo e a cola: percursos editoriais das revistas Preá; Nós, do RN...; Papangu; *Revista Grande Ponto e Brouhaha: vozes da cultura potiguar*. 2023. 285f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- VASCONCELOS, Mônica. *A Campanha Abolicionista na Revista Ilustrada (1876-1888): Ângelo Agostini e a educação do povo*. Curitiba: Appris, 2018.

Ruy Alkmim Rocha Filho - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Pós-doutorado em Direitos Humanos e Cidadania (UNB). Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Ciências Sociais, UFRN. Graduado em Jornalismo, Universidade Potiguar. Professor adjunto da UFRN. Coordenou a Especialização em Produção de Documentários da UFRN. Integra o grupo de pesquisa Círculo de Estudos em Cultura Visual (Cicult).

José Correia Torres Neto - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Engenharia Mecânica, UFRN. Graduado em Engenharia Mecânica, UFRN. Licenciado em Formação Pedagógica pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul. Técnico em Assuntos Educacionais da UFRN.
E-mail: jose.correia@ufrn.br

Dossiê **O livro hoje: leitura e diversidade** - <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 27, n. 2, 2024

DOI: 10.29146/eco-ps.v27i2.28291